

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 520.325 - SP (2019/0197772-9)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
IMPETRANTE : RAMIRO DONIZETI DA SILVA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RAMIRO DONIZETI DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus**, substitutivo de revisão criminal, com pedido liminar, impetrado por **RAMIRO DONIZETI DA SILVA**, de próprio punho, contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**.

Depreende-se dos autos, de acordo com as informações prestadas pela eg. Corte estadual (fls. 18-43), que o paciente foi condenado como incurso nas sanções do art. 33, **caput**, da Lei n. 11.343/2006, à pena de 5 (cinco) anos e 10 (dez) meses de reclusão, em regime inicial fechado (fls. 21-30).

Das mesmas informações (fl. 19), consta que a sentença transitou em julgado e que o próprio impetrante ajuizou pedido revisional na origem, o qual encontra-se pendente de julgamento.

No presente **writ**, o impetrante-paciente, em confusa impetração, alega injustiça na condenação, ao argumento da falta de provas, aduzindo que a quantidade de entorpecentes seria pequena, bem como tem direito ao benefício previsto no § 4º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006.

Requer, ao final, inclusive liminarmente, a concessão da ordem para anular a condenação, ao mesmo tempo em que pugna pela desclassificação para o tráfico privilegiado e redimensionamento da pena.

O pedido liminar foi **indeferido** pela Presidência à fl. 16.

As informações foram prestadas às fls. 18-43.

O Ministério Público Federal, às fls. 47-54, manifestou-se pelo

Superior Tribunal de Justiça

não conhecimento do **writ** e, se conhecido, pela denegação da ordem, em parecer com a seguinte ementa:

"HABEAS CORPUS COMO SUCEDÂNEO DE APELAÇÃO. NÃO CABIMENTO. PENAL E PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. APLICAÇÃO DA MINORANTE PREVISTA NO § 4º DO ART. 33 DA LEI 11.343/06. DEDICAÇÃO À ATIVIDADE CRIMINOSA. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS LEGAIS.

FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. PRECEDENTES.

- "Não se presta o habeas corpus como sucedâneo de apelação. Inexiste ilegalidade em ar esto que deixa de conhecer de impetração no que concerne a tema cujo exame pode melhor ser cuidado no seio de concomitante apelação (...). " (HC 107.209/SP, Rei. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 03/12/2009, DJe 18/12/2009.)

- Impetração que não deve ser conhecida, e se conhecida, quanto ao mérito que seja denegada ordem."

Em homenagem ao princípio da ampla defesa, a il. **Defensoria Pública** foi intimada, tendo se manifestado às fls. 61-62 asseverando que, *"situação que parece exigir a análise de fatos e provas, de difícil realização no âmbito do habeas corpus. Todavia, já está em processamento atualmente Revisão Criminal em favor do paciente perante E. TJ/SP, com envio a Defensoria Pública para arrazoar (e-STJ, fls. 19/20). Assim, sem prejuízo da concessão da ordem conforme requerido na inicial, aguardamos o processamento e julgamento da referida revisão e futura nova impetração, uma vez mantido eventual constrangimento ilegal".*

É o relatório.

Decido.

O presente **habeas corpus** não pode ser conhecido.

Das informações fornecidas, verifica-se que a decisão do d. Juízo de primeiro grau que condenou o ora paciente transitou em julgado sem recurso, bem como encontra-se pendente de julgamento na origem pedido de revisão criminal, no qual o eg. Tribunal **a quo** não decidiu o mérito.

Assim, se o eg. Tribunal de origem sequer se manifestou acerca da

Superior Tribunal de Justiça

matéria discutida na presente impetração, fica impedida esta Corte de proceder o seu exame, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância.

Nesse sentido, é o entendimento desta eg. Corte de Justiça, **in verbis**:

"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. NULIDADE NO DECRETO DA PRISÃO PREVENTIVA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. TRIBUNAL DE ORIGEM NÃO CONHECEU DO WRIT POR SE TRATAR DE REITERAÇÃO DE PEDIDO. INEXISTÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Os argumentos deduzidos no writ originário não foram analisados pelo Tribunal a quo no acórdão impugnado na presente impetração, por configurar reiteração de pedido, uma vez que já havia sido examinado em outro habeas corpus, cujo acórdão não consta dos autos. 2. O agravante não trouxe aos autos sequer cópia do acórdão proferido no Habeas Corpus n. 2077465-61.2017.8.26.0000, inviabilizando a análise da alegação de que não há identidade entre as teses deduzidas, caracterizada, também, a deficiente instrução do feito.

3. Resta afastada a competência do Superior Tribunal de Justiça para a análise das alegações trazidas no presente mandamus, pois compete ao impetrante demonstrar: 1) que tais teses foram previamente submetidas ao Tribunal a quo, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância; ou 2) que a Corte de origem indevidamente negou a prestação jurisdicional.

Agravo regimental desprovido." (AgRg no HC 403.678/SP, Quinta Turma, Rel. Min. Joel Ilan Pacionik, DJe 26/10/2017)

"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. FLAGRANTE CONVERTIDO EM PREVENTIVA. CONDENAÇÃO. CAUSA ESPECIAL DE DIMINUIÇÃO PREVISTA NO § 4º DO ART. 33 DA LEI 11.343/2006. PRETENDIDA APLICAÇÃO. REGIME INICIAL MENOS GRAVOSO. MATÉRIAS NÃO APRECIADAS PELA CORTE DE ORIGEM NO ACÓRDÃO COMBATIDO. APELAÇÃO CRIMINAL PENDENTE DE JULGAMENTO. INCOMPETÊNCIA DESTE STJ E SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. NÃO CONHECIMENTO.

1. Inviável a apreciação, diretamente por esta Corte Superior de Justiça, dada sua incompetência para tanto e sob

Superior Tribunal de Justiça

pena de incidir-se em indevida supressão de instância, da pretendida aplicação da causa de diminuição de pena prevista no art. 33, § 4º, da Lei nº 11.343/06 e da fixação de regime inicial menos gravoso, tendo em vista que tais questões não foram analisadas pelo Tribunal impetrado no aresto combatido, em razão da pendência de apelação criminal lá aforada em favor do condenado.

*[...] 4. Recurso parcialmente conhecido e, nesta extensão, improvido" (RHC n. 57.352/CE, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Jorge Mussi**, DJe de 23/02/2016).*

Consigno, ademais, que a il. Defensoria Pública do Estado de São Paulo já está ciente da irresignação do paciente, bem como está acompanhando o pedido de revisão, salientando que *"já está em processamento atualmente Revisão Criminal em favor do paciente perante E. TJ/SP, com envio a Defensoria Pública para arrazoar"* (fl. 62), e poderá requerer o que entender de direito em seu favor, no momento devido e oportuno.

Ante o exposto, **não conheço** do presente **habeas corpus**.

P. I.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
Relator